APROVADO
VOTAÇÃO: Unanime.
Sala das Sessões 19/9/96
Vereador Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RS.

SESSÃO ORDINÁRIA:

ATA Nº 28/96

Às dezenove horas e trinta minutos do dia nove de setembro de mil, novecentos e noventa e seis, em sua sede, na Av. Arthur Oscar, 1509, a Câmara Municipal realizou a sua 151ª Reunião Plenária Ordinária / da 8ª legislatura de Serafina Corrêa, a 184ª do período legislativo de 1993/1996. Aberta na forma regimental, a sessão foi presidida pelo Ver. José Felicino Meneguzzi e secretaria pelo Ver. Lídio Francisco Oldoni. Compareceram à sessão os Vereadores Francisco Bernardo Mezzomo, Osmar Vallar e Alcidno Vitali, da bancada do PFL; José Felicino Meneguzzi, Lídio Francisco Oldoni, Pedro José Fozza e Henri Perin, do PMDB; Nestor Magon, do PTB, e Arnaldo Luiz Pacassa, do PPB. ATA: Foi aprovada a Ata Nº 26/96, da sessão ordinária realizada em 02.09.96, / com adendos do Ver. Pacassa que solicitou acrescer, na linha 96, que "e não concordou com o Presidente quando este atribuiu a culpa aos / assessores da Câmara, pois, esteve na Câmara entre as 16h30min e 17h e o Secretário da Câmara não tinha conhecimento da matéria", e, à linha 36, do Ver. Vallar de que "Ver. Vallar não votou contra o título Cidadão Serafinenses ao Governador Antônio britto". -CORRESPONDÊNCIAS: Foi lido of. Nº 109, da Câmara Municipal, ao Poder Executivo, convocando o Secretário da Agricultura a comparecer, às 20h do dia 16.9.96, para prestar esclarecimentos, conforme consta na Ata nº 26/96. GRANDE EXPEDIENTE: Nihil. COMUNICAÇÃO DE LIDER: Nihil. COMUNICAÇÃO DE VEREADOR: O Ver. Perin ocupou o espaço para manifestar-se sobre sua participação no XVI Encontro de Vereadores, em Porto Alegre, junto do Ver. Oldoni, a respeito de projetos da futura remuneração dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, a qual deve constar em Decreto Legislativo. O Ver. Oldoni complementou a exposição do Ver. Perin, acrescentando Município deve fomentar a agricultura. Falou, também, sobre voto eletrônico nos municípios brasileiros com mais de 200.000 eleitores. O Ver. Magon reportou-se a pronunciamento feito pelo Ver. Vitali referente ao distrito de Silva Jardim, de que a população está satisfeita e que ele, Ver. Vitali, também estava satisfeito com a atual administração. Questionou se a população aprova a atual administarção, concluindo que poucos estão satisfeitos, mas, a maioria não, citando segmentos da comunidade não satisfeitos. Citou que elementos ligados à administração levam vantagens pessoais, aproveitando-se da Prefeitura para sustentar-se e vendem uma imagem falsa da aministração municipal. Falou do descuido do Poder Executivo em relação à educação, quando jovens passam dificuldades para frequentar Escola. Referiu-se ao parque de máquinas rodoviárias do Município, as quais ficaram reduzidas a pequeno numero e em mau estado de conservação. O Ver. Mezzomo contestou o pronunciamento do Ver. Magon quanto ao benefício particular de certas // pessoas e quanto às máquinas e que um projeto para adquirir máquina não pasosou. O Ver. Pacassa fez referências a multas pagas pelo Prefeito, decorrentes da Prestação de Contas/93, de R$ 500,00, e que a votação do Parecer do TCE deveria ser lido, discutido e votado. Opinou que

- o Governo do estado investe muito pouco em agricultura no Estado.Achou - que não caberia aos Vereadores nominar firmas falidas, na Câmara,con- - cluindo que cada um deve pensar em si mesmo. O Ver. Meneguzzi falou da - organização e situação da Prefeitura Municipal, citando dívidas dos E- - xercício de 1992, 1994, 1995 e que, em 31.07.96 o Município tinha um - débito de aproximadamente R$ 1.500.000,00, sem contar valores não em- penhados ou de dívidas não confessadas. Informou que a Câmara Municipal de - Vereadores há dois meses que não recebe repasses a que tem direito. - Recordou que existem parcerias com o Estado e com a União, mas, antes, - o Município deve quitar os débitos. Falou das notícias deturpadas a - respeito da Adutora do carreiro, pois, segundo os Balancetes da Prefei- - tura foram gastos R$ 186.000,00 e o Poder Executivo publica R$ 1.500. - 000,000 e R$ 1.250.000,00, para confudir a opinião pública. A educação - também tem informações incompletas, deturpadas, onde só o 1º Grau é - da competência do Município e, para os outros níveis, o Município re- - cebe subsidios do Estado. Classifiocou de absurda a importância gasta - por aluno no Município. Denunciou que a Prefeitura compra e não paga, - e procura adquirir de fornecedores de outros municípios... Referiu-se - à Prestação de Contas, onde foram constatadas irregularidades e, assim - mesmo, certos Vereadores votaram a favor, concordando com o Poder Exe - - cutivo. ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Nº 29/96, ainda pendente de pare- - cer da Comissão. Projeto de Lei nº 36/96, com vistas mantido pelo Ver- - Magon.- Projeto de Lei nº 40/96, com votação protelada por comum acor- - do. Projeto de Lei nº 44/96, com vistas da Comissão de Finanças e Pla- - nejamento. Projeto de Lei nº 47/96, com vistas do Ver. Meneguzzi. Pro- - jeto de Lei nº 48/96, de que foi solicitado Parecer da Comissão de Fi- - nanças e Planejamento (Ver. Magon, Vitali e Oldoni). Projeto de Lei Nº - 49/96:"ABRE CRÉDITO SUPLEMENATR NO VALOR DE R$ 20.000,00 E DÁ RECURSOS". - Submetido à discussão e à votação, foi aprovado por unanimidade.,PAU- - TA: Elaboração de Projeto de Decreto Legislativo: a) Fixa a Remuneração - dos Vereadores para a legislatura de 1997-2000 e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" - b) Fixa Remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura - 1997-2000 E DÁ OUTRAS RPOVIDÊNCIAS; EXPLICAÇÕES PESSOAIS: O Ver. Mez- - zomo reportou-se à Prestação de Contas do TCE, já apreciadas na sessão - anterior, defendendo que todos os ex-Prefeitos foram multados, achando - normal a multa aplicada ao atual Prefeito pelo TCE. Fez referências a - projeto em tramitação, informando que isto prejudica certos servidores - por falta de rubricas. O Ver. Meneguzzi retrucou que o problema não es- - tá nas rubricas mas, está na falta de dinheiro, e citou irregularidades - praticadas pelo atual Prefeito, lembrando que as mesmas foram votadas - uma por uma, sendo todas aceitas pela bancada do situação. Leu, em se- - guida, uma irregularidades relacionadas pela Comissão de Constituição - e Justiça e também pelo TCE. O Ver. Magon relacionou as máquinas rodo- - viarias adquiridas na administração anterior, diretamente pelo Executi - vo. Acusou a atual administração de reduzir o parque municipal de má- - quinas. Falou, tb, da eletrificação de loteamento municipal, quando a - Prefeitura está inadimplente e não terá continuidade esse serviço.Fez - referências ao Parecer do TCE, criticando a concordância dos Vereado- - res da situação. O Ver. Pacassa relacionou-se ao pronunciamento do Ver.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RS.

Magon, afirmando de que a Prefeitura não deverá negar o débito para com a CEEE, mas, achou que a taxa de iluminação pública deveria ser paga pelo Estado. Quanto ao Parecer do TCE manifestou-se ser favorável a sua aprovação. Prosseguindo, desafiou o Presidente da Câmara a comparecer na Câmara, na próxima legislatura, para assistir o procedimento dos futuros Vereadores a este respeito. O Sr. Presidente disse que quem errar deve ser responsabilizado. - A sessão foi encerrada na forma regimental. E, de que, para constar, eu, Antenor Fincatto, lavrei a presente Ata que assino juntamente com o Sr. Presidente da Casa. Câmara Municipal de Vereadores de Serafina Corrêa, 10 de setembro de 1996.

VER. JOSÉ FELICINO MENEGUZZI
Presidente da Câmara.

ANTENOR FINCATTO
Secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Serafina Corrêa — RS

DATA 16 / 09 /1996

COMISSÃO ESPECIAL

PMDB: Parim

PDS : Pacarro

PFL : Mazzarino

PTB : Magon